

LITERATURA E HISTÓRIA: MACHADO DE ASSIS E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Literature and History: Machado de Assis and the Revolução Federalista

Marcelo França de Oliveira
 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
oliveira.marcelo@live.com

RESUMO

O presente artigo aborda a relação de Machado de Assis com a Revolução Federalista (1893-1895) em crônicas publicadas na imprensa fluminense e, principalmente, no conto “Maria Cora”. Publicado em 1906, configura-se como seu retrato da guerra civil, bem mais fiel e explorado do que nos registros anteriores. Para analisar o conto, utilizamos o conceito de metaficção historiográfica, conforme proposto por Linda Hutcheon (1991).

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; Revolução Federalista; metaficção historiográfica; *Relíquias de casa velha*; “Maria Cora”.

ABSTRACT

This article discusses Machado de Assis texts about the “Revolução Federalista” (1893-1895) in chronicles published at the Rio de Janeiro press and, mainly, in the short story “Maria Cora”. Published in 1906, it is configured as his portrait of the civil war, much more faithful and explored than in previous records. To analyze the short story, we used the concept of historiographical metafiction, as proposed by Linda Hutcheon (1991).

KEYWORDS: Machado de Assis; Revolução Federalista; historiographic metafiction; *Relíquias de casa velha*; “Maria Cora”.

Introdução

A Revolução Federalista foi um dos mais dramáticos capítulos da história do Rio Grande do Sul. O conflito armado, iniciado em 1893 e terminado (oficialmente) em 1895, foi frequentemente associado ao termo “fratricida”, isto é, a matança entre irmãos, e marcado pela violência disseminada, em especial à prática da degola, maneira preferida de execução dos oponentes de lado a lado. Em virtude disso, a escrita da história da guerra que opôs federalistas e castilhistas também foi tratada, desde seu nascedouro, como um tabu¹, seja pelas paixões despertadas na fase imediatamente posterior, seja pela dualidade da disputa que evocava visões de mundo muito particulares, e, em grande medida, antagônicas, que perduraram até meados do século XX. Do mesmo modo, a literatura que se produziu a partir de tal acontecimento também sofreu com uma espécie de “silenciamento”, não sendo objeto recorrente de material literário. Foram poucos, ainda que significativos, os casos em que a guerra civil sul-rio-grandense ilustrou páginas ficcionais, e, quando isso ocorreu, foi no gênero conto o seu suporte privilegiado². A nomes de destaque das

¹ Talvez o caso mais famoso seja a obliteração do tema por Souza Docca, em seu livro *História do Rio Grande do Sul* (1954), em que se negou a incluir a Revolução Federalista por se tratar de “capítulo infame” da história sulina. Sobre o assunto, v. ALVES, 2005.

² V., em especial, a antologia de contos *Literatura e Guerra Civil de 1893*, recolhidos, selecionados e organizados pelo Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS com apresentação dos organizadores Maria Eunice Moreira e Carlos Alexandre Baumgarten.

letras sulinas como Alcides Maya, Darcy Azambuja, Dyonélio Machado e Erico Verissimo, se soma o escritor Machado de Assis, um dos principais expoentes da literatura brasileira, com algumas crônicas na imprensa fluminense e, principalmente, no conto “Relógio parado”, publicado originalmente em periódico e depois, no livro *Relíquias de casa velha*, de 1906, já renomeado para “Maria Cora”.

Antes de nos debruçarmos sobre os textos que compõem a presente análise, é preciso estabelecer os laços entre a história e a literatura, ambas operadas pela intermediação da linguagem e dentro de uma cultura. Dentro da polissemia deste último termo, Stuart Hall a define como dizendo respeito à “produção e intercâmbio de sentidos”, e o “compartilhamento de significados” entre membros de um grupo ou de uma sociedade específica, onde dividem a interpretação do mundo de forma parecida e “podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro” e, por isso, “a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e ‘deem sentido’ às coisas de forma semelhante” (HALL, 2016, p. 19-20). É, ainda, a linguagem o meio privilegiado pelo qual damos sentido às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado (cf. HALL, 2016, p. 18). A conexão entre sentido e linguagem no âmbito cultural é operada, de acordo com Hall, pelo seu conceito de “representação”.

Representação, segundo o autor, é a “produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem”, e a “conexão entre conceitos e linguagens que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016, p. 34). Tal conceito é importante porque, para que os leitores de Machado de Assis possam compreender e atribuir sentido àquilo que ele escreve, devem compartilhar a cultura e saber, ainda que minimamente, dos acontecimentos a que o escritor se refere naquele momento. O texto, ainda que de caráter ficcional, está ancorado em uma determinada realidade, ou, mais precisamente, de uma representação dela. Para Chartier, a análise do trabalho de representação envolve as classificações e exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e um espaço, considerando que “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo [...], mas historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Tais conceitos são importantes para a análise do material da mídia impressa aqui apresentado, em dois de seus principais suportes, sobretudo levando em consideração o período abrangido (final do século XIX e princípio do XX): o livro e a imprensa. Ainda de acordo com Chartier, as obras impressas adquirem sentido quando se consideram as relações estabelecidas entre três polos: o texto, propriamente dito, o objeto que lhes serve de suporte e a prática que dele se apodera (cf. CHARTIER, 1990, p. 127). A imprensa, no presente estudo, é entendida como uma “linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias” sendo um “espaço privilegiado da articulação de interesses e projetos de diferentes forças sociais” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257-259).

Os primeiros registros: o cotidiano e o episódico nas crônicas da *Gazeta de Notícias*

As primeiras menções de Machado de Assis à Revolução Federalista ocorreram no diário fluminense *Gazeta de Notícias*, dentro de sua seção de crônicas intitulada “A Semana”. O jornal, fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo, “introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a República Velha” (CPDOC-FGV, s/d, p. 1). Além do próprio Machado de Assis, colaboraram ao longo de sua existência nomes como João do Rio e Olavo Bilac. A série de crônicas, publicada de 24 de abril de 1892 a 11 de novembro de 1900, abordava fatos do Brasil e do mundo sob a ótica do escritor. No primeiro registro, destaca:

Outro telegrama conta-nos que alguns clavinoteiros de Canavieiras (Bahia) foram a uma vila próxima e arrebataram duas moças. A gente da vila ia armar-se e assaltar Canavieiras. Parece nada, e é Homero; é ainda mais que Homero, que só contou o rapto de uma Helena: aqui são duas. Essa luta obscura, escondida no interior da Bahia, foi singular contraste com a outra que se trava no Rio Grande do Sul, onde a causa não é uma, nem duas Helenas, mas um só governo político. Apuradas as contas, vem a dar nesta velha verdade que o amor e o poder são as duas forças principais da Terra. Duas vilas disputam a posse de duas moças; Bagé luta com Porto Alegre pelo direito do mando. É a mesma *Iliada*. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26/06/1892)

Note-se que, embora o Rio Grande do Sul estivesse em plena efervescência política e militar em 1892, ainda não havia eclodido, oficialmente, a Revolução Federalista, que viria a ocorrer, de fato, somente em fevereiro do ano seguinte, com a invasão do território brasileiro pelas tropas de Gumercindo Saraiva. Ainda assim, Machado de Assis traça paralelos histórico-literários com temas do seu cotidiano: ao tratar do rapto de “duas moças” no interior da Bahia, faz a analogia à *Iliada*, de Homero, e traçando outro paralelo com a epopeia que parecia indicar acontecer no Rio Grande do Sul, cuja Helena seria metaforicamente o poder, pelo qual disputavam duas cidades (pretendentes, ou postulantes, segundo sua visão), as cidades de Bagé, reduto federalista de onde se baseavam os Tavares e Silveira Martins, e Porto Alegre, a capital e polo castilhistas.

Na segunda menção, reflete que os acontecimentos “parecem-se com os homens”: são “melindrosos, ambiciosos, impacientes, o mais pífio quer aparecer antes do: mais idôneo, atropelam tudo, sem justiça nem modéstia...” E, naqueles dias, uma sucessão de acontecimentos disputavam a atenção do cronista, todos graves a ponto de merecer sua atenção. Nesse caso, “então é que é ver um miserável cronista, sem saber em qual pegue primeiro. Se vai ao que lhe parece mais grave de todos, ouve clamar outro que lhe não parece menos grave, e hesita, escolhe, torna a escolher, larga, pega, começa e recomeça, acaba e não acaba...” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04/12/1892). Diante do “dilema narrativo”, retoma a iminência do conflito sulista como o primeiro merecedor de registro:

Justamente o que ora me sucede. Toda esta semana falou-se na invasão do Rio Grande do Sul. Realmente, a notícia era grave, e, embora não se tivesse dado invasão, falou-se dela por vários modos. Alguns têm como iminente, outros provável, outros, possível, e não raros a creem simples conjectura. Trouxe naturalmente sustos, ansiedade, curiosidade, e tudo o mais que aquela parte da República tem o condão de acarretar para o resto do país. Imaginei que era assunto legítimo para abrir as portas da crônica.

Mal começo, chega-me aos ouvidos o clamor dos banqueiros que voltam do palácio do governo, aonde foram conferenciar sobre a crise do dinheiro. E dizem-me eles que a questão financeira e bancária afeta a toda a República, ao passo que a invasão, grave embora, toca a um só Estado. A prioridade é da crise, além do mais, porque existia e existirá, até que alguém a decifre e resolva. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04/12/1892)

Nessa crônica, subverte a estratégia da primeira: o mote não é a ameaça de invasão dos revoltosos no Sul, mas a crise econômica pela qual passava o país. Afirma que a situação sul-riograndense é grave, que irá principiar a crônica, mas nas entrelinhas a trata como mais uma (de tantas) ameaças, sem, contudo, efetivar-se. Os termos “iminente”, “provável”, “possível”, e “conjectura” reforçam essa análise.

Na crônica do dia 9 de abril de 1893, novamente o assunto da Revolução Federalista é tangencial, mas tem como apelo o paralelo com uma situação mais próxima ao autor, local (talvez de maior significado para seus leitores): a tentativa comentada de depor a intendência municipal da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Escreve: “Oh! A influência do meio é grande. Que vemos no

Rio Grande do Sul? Combate-se e morre-se para derrocar e defender um governo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/04/1893).

A menção explícita seguinte apareceu após decorrido mais de um ano, em 25 de novembro de 1894, e, uma vez mais, como ilustração de um assunto do seu cotidiano. O assunto que abordava era sobre uma bandeira positivista que havia “aparecido” e se tornara “o assunto municipal”:

Esta semana o caso da bandeira, que é um dos mais graciosos, agitou bastante a alma municipal. Se o leste, é inútil contar; se o não leste, é difícil. Refiro-me à bandeira que apareceu hasteada na sala das sessões do Conselho, em dia de gala, sem se saber o que era nem quem a tinha ali posto. Pelo debate viu-se que a bandeira era positivista e que um empregado superior a havia hasteado, depois de consentir nisso o presidente. O presidente explicou-se. Um intendente propôs que a bandeira fosse recolhida ao Museu Nacional, por ser “obra de algum merecimento”. Outro chamou-lhe trapo. O positivismo foi atacado. Crescendo o debate, alargou-se o assunto e as origens da revolução do Rio Grande do Sul foram achadas no positivismo, bem como a estátua de Monroe e um episódio do asilo de mendicidade.

Se assim é, explica-se o apostolado antipositivista, fundado esta semana, e não pode haver maior alegria para o apostolado positivista; não se faz guerra a fantasmas, a não ser no livro de Cervantes. Mas que pensa de tudo isto um habitante do planeta Marte, que está espiando cá para baixo com grandes olhos irônicos?

A bandeira não teve destino, foi a conclusão de tudo, e não ser de admirar que torne a aparecer no primeiro dia de gala, para dar lugar a nova discussão, – coisa utilíssima, pois da discussão nasce a verdade. Para mim, a bandeira caiu do céu. Sem ela esta página que começou pedante, acabaria ainda mais pedante. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/11/1894)

A tônica da exploração do fato cotidiano, o assunto “menor” que causa o alvoroço, a discussão do tema que levou a associação ao fato mais grave, em comparação simples, que era a Revolução Federalista, traz à tona a ironia do autor, especialmente quando declara que “a agitação é sinal de vida e melhor é que o Conselho se agite que durma”, nas palavras do cronista. Destaca também a fundação de um “apostolado antipositivista”, como “a maior alegria para o apostolado positivista”, ou seja, que de melhor poderia ter acontecido para os adeptos da doutrina, uma vez que é a existência do adversário, ou inimigo, é que dá razão de existência e motivação para a ação, tal qual no conflito federalista.

Aqui se faz necessário abordar uma característica do texto de Machado de Assis e sua relação com a História. Segundo Sidney Chalhoub, Assis defendia uma literatura que buscava a realidade, interpretava e enunciava verdades sobre a sociedade, sem que para isso recorresse ao “espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere” (CHALHOUB, 2003, p. 79). Ainda segundo o autor, a Machado de Assis “interessava desvendar o sentido do processo histórico referido” buscando “as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos”, e, desse modo, a representação literária apresentada “exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances”, fazendo com que “a verdade não se apresentava tal qual, [e] o sentido dos acontecimentos não era evidente”, assim, “distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos” para compreender a prosa machadiana (CHALHOUB, 2003, p. 79). Esse tipo de apresentação da realidade da Revolução Federalista, misturada com a ficção criada por Machado de Assis e sua visão sobre as motivações que poderiam permear as causas íntimas de cada indivíduo em um evento como esse, demonstra a sensibilidade do cronista observador que busca a realidade histórica, mas a transforma em um novo produto, literário, e, ao mesmo tempo, histórico.

A Revolução Federalista na ficção machadiana: um conto em dois suportes

Se nas crônicas a Revolução Federalista foi abordada de forma tangencial, episódica e sempre interligada ao cotidiano, é no conto que Machado de Assis entrega uma obra mais densa, e apresenta aos leitores uma visão mais apurada do conflito em um universo ficcional mais estruturado, naquilo que podemos caracterizar como uma metaficção historiográfica. Esta é, segundo Linda Hutcheon, a ficção em que as fronteiras são explicitamente fluidas entre o romance e a coleção de contos, entre o romance e o poema longo, o romance e a biografia, o romance e a história. São perceptíveis o caráter de autorreflexividade e referências tangíveis a eventos históricos reais, ainda que não se confunda, necessariamente, com um romance histórico, por exemplo. A noção vai além: é preciso o caráter crítico para que um texto literário possa ser denominado como tal, e não apenas descritivo de um suposto cenário histórico, cuja única função é dar um verniz de realidade, ou veracidade, ao texto ficcional (cf. HUTCHEON, 1991, p. 141-163). Machado de Assis vai além, e a realidade histórica retratada recebe um tratamento crítico, reflexivo, e, portanto, compatível com a aplicação do conceito.

Ainda que tenha sido um notável cronista, não é de surpreender que sua ficção traga elementos narrativos mais concretos, pois, como destaca Afrânio Coutinho, “o conto foi a dura escola que se exercitou para atingir a maturidade do método que seria o seu, subordinando a narrativa à análise de caracteres” (COUTINHO, 1966, p. 65). No mesmo sentido, Antonio Candido afirma que “muitos dos seus contos e alguns dos seus romances parecem abertos, sem conclusão necessária, ou permitindo uma dupla leitura, como ocorre entre os nossos contemporâneos”, o que, segundo o autor, “parece uma forma sutil de negaceio como se o narrador estivesse rindo um pouco do leitor” (CANDIDO, 1995, p. 22). O conto que trata da Revolução Federalista foi publicado pela primeira vez nas páginas da revista fluminense *A Estação*, entre janeiro e março de 1898, com o título de “Relógio parado”, tendo sido editado, juntamente com outros contos, crônicas e peças de teatro no livro *Relíquias de casa velha*, publicado em 1906, mas com o título alterado para “Maria Cora”. Sobre o livro, reflete Sílvia Nasser:

A obra *Relíquias de casa velha*, ao apresentar contos cujo tema é a existência humana marcada pela oposição entre a essência do ser humano, seus desejos e anseios, e a aparência desse mesmo ser, sujeito às regras sociais que o impelem a negar o seu interior, aponta para uma unidade temática que se revela na oposição entre o enunciado e a enunciação. O indivíduo, no enunciado, desponta como sujeito do querer ser, do dever ser, do poder ser integrado à sociedade a que pertence, submetendo-se às suas normas. Na enunciação, emerge a sujeição do indivíduo a vontades, a desejos próprios e à constante busca para realizá-los. (NASSER, 2010, p. 1.096)

Suporte original de veiculação do conto de Machado de Assis, a revista, cujo subtítulo trazia o dístico “jornal ilustrado para a família”, foi lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 15 de fevereiro de 1879, e era propriedade da livraria, tipografia e litografia Lombaerts & Cia., gerida pelo belga Jean Baptiste Lombaerts e seu filho, Henri Gustave Lombaerts. Impresso na Alemanha e graficamente bem-acabado para os padrões da época, o periódico era especializado em assuntos do público feminino (segmento para o qual era voltado) como moda, comportamento, etiqueta, costumes, literatura e “vida mundana”, tendo reproduzido padrões de beleza e vestuário tipicamente europeus. Existiu até 1904 com periodicidade quinzenal, saindo sempre nos dias 15 e 30 de cada mês (BRASIL, 2015, p.1). O veículo teve notável distinção literária, contando com expressiva colaboração de Machado de Assis, conforme descrição da Biblioteca Nacional:

Toda a parte literária do jornal teve grande importância, sendo expandida para seis páginas em 1890. Entre 1879 e 1898, *A Estação* publicou um número expressivo de colaborações de Machado de Assis, incluindo contos, poemas, romance, crítica,

resenhas, editoriais, traduções e textos de variedades. *Casa velha*, *O alienista*, as *Histórias sem data* e a serialização do romance *Quincas Borba* saíram na seção literária do periódico, sendo que as últimas duas obras ainda foram reimpressas pela Lombaerts como livro, posteriormente, para o editor Baptiste Louis Garnier. As crônicas teatrais, assinadas por “X-Y-Z”, possivelmente eram de responsabilidade de Arthur Azevedo, que, a partir de 1885, passou a manter a seção “Chroniqueta” sob seu pseudônimo mais conhecido: “Eloy, o herói”. Além de Machado de Assis e Arthur Azevedo, outros nomes que tiveram seus textos publicados no periódico foram Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida, Luiz Murat, Raymundo Corrêa, Alberto de Oliveira, Luiz Delfino, Guimarães Passos, Lúcio de Mendonça, Luiz Guimarães Júnior, José de Moraes Silva, Alfredo Leite, Lúcio de Mendonça, Adelina A. Lopes Vieira, Dantas Júnior, A. Augusto de Pinho, Oscar Rosas, Gastão Bousquet, Palmyra Ityberé, Ignez Sabino, Theotônio de Oliveira, A. Azamor, entre outros, incluindo vários autores franceses traduzidos. (BRASIL, 2015, p. 1)

Pelas páginas da revista, aparecia pela primeira vez a história de Correia, um homem solteiro de quarenta anos, educado e comedido, que conhece a gaúcha emigrada Maria Cora, por meio de conhecidos em comum, e sobre ambos os protagonistas gira o conto, com a Revolução Federalista como decisivo cenário.

A narrativa tem início no ano de 1893, portanto o mesmo do início da guerra civil sul-riograndense, e é contada pelo próprio Correia, em primeira pessoa. Diz ele que, na véspera, conhecera a mulher por quem sem apaixonara:

Era uma criatura morena, robusta, vinte e oito a trinta anos, vestida de escuro; entrou às dez horas, acompanhada de uma tia velha. A recepção que lhe fizeram, foi mais cerimoniosa que as outras; era a primeira vez que ali ia. Eu era a terceira. Perguntei se era viúva.

- Não, é casada.
- Com quem?
- Com um estancieiro do Rio Grande.
- Chama-se?
- Ele? Fonseca, ela Maria Cora.
- O marido não veio com ela?
- Está no Rio Grande.

Não soube mais nada; mas a figura da dama interessou-me pelas graças físicas, que eram o oposto do que poderiam sonhar poetas românticos e artistas seráficos. Conversei com ela alguns minutos, sobre cousas indiferentes, – mas suficientes para escutar-lhe a voz, que era musical, e saber que tinha opiniões republicanas. (ASSIS, 1906, p. 21)

Ao afirmar que pode saber das opiniões políticas sem demonstrar contrariedade ou oposição, indica que comungam do mesmo ideário republicano (aqui, no sentido em oposição ao monárquico), já que a amada poderia ser monarquista, dada a sua origem e a propalada ligação dos revoltosos, acusação comum, com o regime extinto em 1889.

Tem início a jornada de Correia para conquistar as graças de Maria Cora. O narrador conta que soube, pouco depois, que ela vivia separada do marido: “tinham casado oito anos antes, por verdadeira paixão. Viveram felizes cinco. Um dia, sobreveio uma aventura do marido que destruiu a paz do casal”, uma chilena, de nome Dolores, por quem João da Fonseca, o marido, deixou a estância em que viviam para voltar “seis meses depois, curado do amor, mas curado à força, porque a aventureira se namorou do redator de um jornal, que não tinha vintém, e por ele abandonou Fonseca e sua prataria”. A esposa, então, acabou aceitando a volta do marido afirmando que “seu amor era maior que o seu ciúme”, e se reconciliaram, ainda que Fonseca tenha experimentado outras traições conjugais, “que não tiveram a extensão nem o vulto de Dolores” (ASSIS, 1906, p. 27-28). Porém, uma circunstância política veio complicar a situação moral:

João da Fonseca era pelo lado da revolução, dava-se com vários dos seus chefes, e pessoalmente detestava alguns dos contrários. Maria Cora, por laços de família, era adversa aos federalistas. Esta oposição de sentimentos não seria bastante para separá-los, nem se pode dizer que, por si mesma, azedasse a vida dos dois. Embora a mulher, ardente em tudo, não o fosse menos em condenar a revolução, chamando nomes crus aos seus chefes e oficiais; embora o marido, também excessivo, replicasse com igual ódio, os seus arrufos políticos apenas aumentariam os domésticos, e provavelmente não passariam dessa troca de conceitos, se uma nova Dolores, desta vez Prazeres, e não chilena nem saltimbanca, não revivesse os dias amargos de outro tempo. Prazeres era ligada ao partido da revolução, não só pelos sentimentos, como pelas relações da vida com um federalista. (ASSIS, 1906, p. 28)

Prazeres pede, então, provas de amor para Fonseca para que este pegue em armas pela revolução, do lado dos federalistas. Foi a gota d'água para Maria Cora, que neste momento já tinha deixado a estância do casal para ir a Porto Alegre, e de lá para o Rio de Janeiro viver na casa de uma tia, no Engenho Velho.

Correia confia que a cada dia ficava mais encantado com a enigmática e recatada gaúcha, ao ponto de tomar coragem e escrever-lhe uma carta admitindo o sentimento e intenções de desposá-la. Foi até sua casa, entregou-lhe o escrito e aguardou três dias por resposta, que não veio. Resolveu ir à casa da tia e lá encontrou Maria Cora ao piano, “tocando para o poeta ouvir”:

- Na outra noite, quando aqui estive, deu-me esta carta; não podia dizer-me o que tem dentro?
 - Não adivinha?
 - Posso errar na adivinhação.
 - É isso mesmo.
 - Bem, mas eu sou uma senhora casada, e nem por estar separada do meu marido deixo de estar casada. O senhor ama-me, não é? Suponha, pelo melhor, que eu também o amo; nem por isso deixo de estar casada.
 - Imagine que lhe proponho ir combater contra seu marido, matá-lo e voltar, disse eu cada vez mais tonto.
 - Propõe isto?
 - Imagine.
 - Não creio que ninguém me ame com tal força, concluiu sorrindo. Olhe, que estão reparando em nós.
- Dizendo isto, separou-se de mim, e foi ter com a tia e o poeta. (ASSIS, 1906, p. 33-34)

Não fica claro se Correia obtivera uma confissão de amor ou se fora fruto de sua interpretação, daquilo que queria ouvir. Essa dubiedade desempenha um papel fundamental para o desenrolar dos acontecimentos que se dariam a seguir, com a efetiva participação do narrador na Revolução Federalista, e que serve de metáfora para a própria luta em si. Revela que foi para o Sul, onde os “combates entre legalistas e revolucionários eram contínuos e sangrentos”, porém, “como nenhuma paixão política me levava a entrar na luta”, hesitou. Ainda assim, foi a Porto Alegre, alistou-se e marchou para a campanha, não dizendo nada a seu respeito que pudesse “despertar a curiosidade de ninguém” (ASSIS, 1906, p. 36-37).

No Rio Grande do Sul e ao lado das forças castilhistas, envolveu-se em vários combates e foi obtendo a confiança e o reconhecimento de seus pares. Contudo, sempre que podia queria saber do paradeiro de João da Fonseca, o objetivo último de sua presença ali. Conta que alguns desconfiaram de alguma motivação pessoal, mas que isso não se caracterizava em ameaça aos seus intentos, no que remete ao conceito de metaficção historiográfica, como proposto por Linda Hutcheon, na qual pratica uma crítica social atrelada a narrativa ficcional apresentada. Na trama, a narrativa das aventuras de Correia é desenvolvida até que, finalmente, ele consegue a oportunidade de um combate com seu inimigo pessoal:

Direi somente que tive ocasião de matar em pessoa a João da Fonseca. Verdade é que escapei de ser morto por ele. Ainda agora trago na testa a cicatriz que ele me deixou. O combate entre nós foi curto. Se não parecesse romanesco demais, eu diria que João da Fonseca adivinhara o motivo e previra o resultado da ação. Poucos minutos depois da luta pessoal, a um canto da vila, João da Fonseca caiu prostrado. Quis ainda lutar, e certamente lutou um pouco; eu é que não consenti na desforra, que podia ser a minha derrota, se é que raciocinei; creio que não. Tudo o que fiz foi cego pelo sangue em que o deixara banhado, e surdo pelo clamor e tumulto de combate. Matava-se, gritava-se, vencia-se; em pouco ficamos senhores do campo.

Quando vi que João da Fonseca morrera deveras, voltei ao combate por instantes; a minha ebriedade cessara um pouco, e os motivos primários tornaram a dominar-me, como se fossem únicos. A figura de Maria Cora apareceu-me como um sorriso de aprovação e perdão; tudo foi rápido [...].

É claro que não deixei logo as forças, bati-me ainda algumas vezes, mas a razão principal dominou, e abri mão das armas. (ASSIS, 1906, p. 38-39)

Novamente não fica muito evidente a situação de Correia, e se a expressão “é claro que não deixei logo as forças” diz respeito à preocupação com os eventuais companheiros, o possível julgamento por parte destes ou de sua própria consciência, ou se é porque estava completamente absorvido pelo que experimentava naquele período de imersão no ambiente de guerra. Todas as opções são válidas, e ainda que não fique óbvio qual é o sentimento do narrador, a intenção de Machado de Assis de reportar um sentimento de inexatidão que poderia, de toda forma, ser estendida para a própria Revolução Federalista, fica possível de se conjecturar. Em convergência com essa percepção, e onde a crítica do envolvimento da personagem nessa atmosfera bélica e selvagem (ainda que com certa resistência), pode ser observada especialmente no seguinte trecho:

Ainda não disse, – e não sei como diga este ponto, – que na Encruzilhada, depois da morte de João da Fonseca, tentei degolá-lo; mas nem queria fazê-lo nem realmente o fiz. O meu objeto era ainda outro e romanesco. Perdoa-me tu, realista sincero, há nisto também um pouco de realidade, e foi o que pratiquei, de acordo com o estado da minha alma: o que fiz foi cortar-lhe um molho de cabelos. Era o recibo da morte que eu levaria à viúva (ASSIS, 1906, p. 40-41).

Ainda que afirme que não queria e nem chegou a degolar João da Fonseca, ele *tentou* fazer isso, o que é sintomático quanto à prática e à naturalidade de sua execução no ambiente em que estava inserido, no que configura uma vez mais como o aspecto de metaficção historiográfica presente no conto. Mesmo não tendo degolado propriamente o oponente, o corte de cabelo que serviria como prova do executado para Maria Cora, atua como uma “degola simbólica”, ou uma representação da prática da degola. Tal forma de execução, intrinsecamente associada à guerra civil de 1893, trazia para o Brasil uma prática platina de morte, bárbara também porque estrangeira³, e era um “prolongamento do trabalho cotidiano do meio pastoril para os embates sociais e políticos em uma época de instabilidade institucional” segundo Elio Chaves Flores (FLORES, 1996, p. 91). Ainda segundo o autor, outro fator relevante dizia respeito à tecnologia disponível na época: “as armas de fogo não eram de fácil aquisição e custavam muito” (FLORES, 1996, p. 91), sendo as armas brancas, como a faca e a adaga, artigos mais disponíveis e acessíveis.

Terminada sua participação no conflito, Correia retorna para o Rio de Janeiro. Não procura de imediato a amada, nem conta a ela por carta o ocorrido. Enquanto isso, recebe, até de bom grado,

³ Como assim eram acusados os federalistas, ou “maragatos”, de serem estrangeiros e, portanto, era a degola o tipo de execução “bárbara” tipicamente a eles atribuída, apesar de que ambos os lados se valiam igualmente de tal prática, como demonstra amplamente a literatura da Revolução Federalista e cujo ápice se deu na Mortandade do Boi Preto, resposta legalista do Massacre do Rio Negro.

reconhecimentos e homenagens pelo papel desempenhado ao lado das forças legalistas no Rio Grande do Sul. Quando, passado algum tempo, resolve visitar a amada, relata que a encontra em luto: já soubera do ocorrido na sua terra natal e as notícias da morte de seu marido. E, assim, se dá o final do conto:

Tive eu mesmo de lhe falar na matéria; a resposta foi que, por ora, estava disposta a não casar.
 – Mas um dia...? Perguntei depois de algum silêncio.
 – Estarei velha.
 – Mas então... Será muito tarde?
 – Meu marido pode não estar morto.
 Espantou-me esta objeção.
 – Mas a senhora está de luto.
 – Tal foi a notícia que li e me deram; pode não ser exata. Tenho visto desmentir outras que se reputavam certas.
 – Quer certeza absoluta? Perguntei. Eu posso dá-la.
 Maria Cora empalideceu. Certeza. Certeza de quê?
 Queria que lhe contasse tudo, mas tudo. [...]
 – Jura que me não está enganando?
 – Para que a enganar? O que tenho feito é bastante para provar que sou sincero. Amanhã, trago-lhe outra prova, se é preciso mais alguma.
 Levei-lhe os cabelos que cortara ao cadáver. [...]. Quando lhe mostrei os cabelos do marido, atirou-se a eles, recebeu-os, beijou-os, chorando, chorando, chorando.... Entendi melhor sair e sair para sempre. Dias depois recebi a resposta à minha carta; recusava casar.
 Na resposta havia uma palavra que é a única razão de escrever esta narrativa: “Compreende que eu não podia aceitar a mão do homem que, embora lealmente, matou meu marido”. Comparei-a aquela outra que me dissera antes, quando eu me propunha sair a combate, matá-lo e voltar: “Não creio que ninguém me ame com tal força”. E foi essa palavra que me levou à guerra. Maria Cora vive agora reclusa; de costume manda dizer uma missa por alma do marido, no aniversário do combate da Encruzilhada. Nunca mais a vi; e, coisa menos difícil, nunca mais esqueci de dar corda ao relógio. (ASSIS, 1906, p. 44-45)

A dinâmica da manipulação passional a que fora submetido, das mortes que efetivou em favor de sua amada, ter sido Correia instrumento dela ou de suas próprias vontades, do desenrolar e, principalmente, do desfecho, tudo se mistura com a própria crítica da Revolução Federalista, retratada com as mesmas cores do conto de Machado de Assis: orgulho, desejo e satisfação, morte em nome de alguém cuja ligação anterior – e mesmo a mistura indistigável de amor e ódio, vingança e desejo de reconciliação – ou, em última análise, fazer pelo simples fato de que se pode fazer, torna o conto um retrato crítico que muito possivelmente remete à própria visão do autor sobre os eventos que serviam de pano de fundo, ou representação, do conflito que inspirava sua obra ficcional.

Considerações finais

Nas relações entre história e ficção, afirma Chartier, “a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele” (CHARTIER, 2017, p. 24), enquanto a história, segundo o autor, “pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história” (CHARTIER, 2017, p. 25). Machado de Assis não escreve, nem nas crônicas nem no conto, *história*, e sim literatura, mas tal não desqualifica seus textos para uma análise de matiz histórica,

sobretudo levando em consideração as características do seu tempo e, em maior análise, a ligação com um evento real, a Revolução Federalista, que aparece como cenário, ora periférico, ora central, no desenrolar de suas narrativas.

A mídia impressa, meio pelo qual Machado de Assis apresentava seus escritos para o público leitor, desempenhou um papel fundamental na disseminação, e, até certo ponto, da massificação da literatura no final do século XIX e início do século XX, seja pelo suporte mais popular e de fácil distribuição, o jornal (mas, este, de natureza efêmera) até sua transposição para outro suporte, o livro, como aconteceu com o conto “Relógio parado”, e também com o conjunto de crônicas “A Semana”.

Observe-se que, nas crônicas, o vigor literário foi esvanecendo conforme o conflito saiu de uma perspectiva no horizonte, para um fato real, concreto, e as menções passaram a ser de forma mais periférica, tangencial, com algum paralelo com o cotidiano que dizia mais respeito ao autor e seu público-leitor majoritário: o Rio de Janeiro. Essa “involução” parecia indicar um desinteresse de Machado de Assis a abordar um evento traumático, brutal, que despertava paixões dos partidários de lado a lado, preferindo o conforto da menção superficial. A partir das crônicas, não é fácil identificar se o Bruxo do Cosme Velho se inclinava a um ou outro lado da luta, nem sequer sua opinião sobre o conflito em si. Quando o território que explora é o da ficção, contudo, sua ideia parece ser mais distinguível, a crítica se torna mais contumaz, e na complexidade das personagens e da trama em si e é possível entender o que considerava sobre o conflito: as motivações passionais, ilógicas, justificavam o injustificável, tornando possível a sensação de que, passado tudo, talvez ninguém tenha ganhado, ainda que o objetivo tenha sido alcançado. Uma analogia típica de Machado de Assis.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico. *Biblos*, Rio Grande, 17, p. 103-120, 2005.
- BRASIL, Bruno. *A Estação – jornal ilustrado para a família*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital, 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-estacao-jornal-illustrado-para-a-familia/>. Acesso em: 5 set. 2019.
- CANDIDO, Antonio. Esquema Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.
- CPDOC-FGV: *Gazeta de Notícias*, verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 2 set, 2019.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- NASSER, Sílvia. Maria Gomes da Conceição. O estilo recorrente em *Relíquias de casa velha*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 39, n. 1, 2010. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N3_31.pdf. Acesso em: 8 set 2019.
- MOREIRA, Maria Eunice; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.). *Literatura e Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

Fontes primárias:

- A ESTAÇÃO, Rio de Janeiro, 15 jan. a 30 mar. 1898. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estacao/709816>. Acesso em: 5 set. 2019.

ASSIS, José Maria Machado de. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1906. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto>. Acesso em: 5 set. 2019.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 abr. 1892 a 11 nov. 1900. Disponível em: <http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm>. Acesso em: 5 set. 2019.

Recebido em: 9 jul. 2020.

Aprovado em: 13 ago. 2020.